

Atos Oficiais:

LEI Nº 7.073, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a APRAESPI - Associação de Prevenção, Atendimento Especializado e Inclusão da Pessoa com Deficiência de Ribeirão Pires, visando à prestação de serviços de saúde especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras disposições.

RUBENS FERNANDES DA SILVA, Prefeito Interino do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a APRAESPI - Associação de Prevenção, Atendimento Especializado e Inclusão da Pessoa com Deficiência de Ribeirão Pires, visando à prestação de serviços de saúde especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - (SUS), nos moldes do Termo de Convênio anexo, parte integrante da presente lei.

Art.2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 06 de dezembro de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

RUBENS FERNANDES DA SILVA
Prefeito Interino

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

CLOVIS VOLPI
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 3712/2024 – PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial

ANEXO

TERMO DE CONVÊNIO Nº ____/____

Termo de Convênio que entre si celebram o Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e a APRAESPI - Associação de Prevenção, Atendimento Especializado e Inclusão da Pessoa com Deficiência de Ribeirão Pires, para prestação de serviços de saúde especializados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, a PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 46.522.967/0001-34, com sede à Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, Ribeirão Pires/SP, aqui representada por seu Prefeito Luiz Gustavo Pinheiro Volpi, doravante para este termo denominada simplesmente MUNICÍPIO, devidamente autorizada pela Lei ____, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E HIGIENE, neste ato representada pelo seu Secretário, Clóvis Volpi ____, doravante denominada simplesmente SECRETARIA e, por outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES - APRAESPI, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 57.621.377/0001-85, com sede na Rua José Alvarez nº 84, nesta cidade, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ____, devidamente autorizado nos termos estatutários, doravante denominada APRAESPI, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, bem como as Leis 8.808/90 e 8.142/90 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, têm entre si justo e acordado, o presente CONVÊNIO, de prestação de serviços de saúde especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto a prestação pela APRAESPI, de serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde, nas seguintes áreas de atenção ambulatorial especializada:

- 1.1.1. Fisioterapia;
- 1.1.2. Fonoaudiologia;
- 1.1.3. Neurologia;
- 1.1.4. Psicologia;
- 1.1.5. Psiquiatria;
- 1.1.6. Audiometria.

- 1.1.7. Ortopedia;
- 1.1.8. Oftalmologia;
- 1.1.9. Referências Regionais:
 - 1.1.9-1. Reabilitação Mental e Autismo;
 - 1.1.9-2. Reabilitação Física;
 - 1.1.9-3. Reabilitação Auditiva;
 - 1.1.9-4. Reabilitação Visual.

1.2. Os serviços ora conveniados compreendem a utilização, pelos usuários do SUS, da capacidade instalada da APRAESPI, incluídos os equipamentos existentes e a ela pertencentes, de modo que sua utilização para atender clientela particular, incluída a proveniente de convênios com entidades privadas, será permitida desde que mantida a disponibilidade de sua utilização em favor da clientela universalizada, objeto do presente ajuste, em pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos serviços prestados.

1.3. Os serviços conveniados estarão referidos a uma base territorial populacional restrita aos pacientes oriundos e encaminhamentos pelo Sistema Único de Saúde de Ribeirão Pires, através da SECRETARIA, com vistas a regionalização, integração e hierarquização do sistema de saúde e serão ofertadas com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante a compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilização dos recursos financeiros.

1.4. O atendimento ambulatorial, compreenderá quando necessário a assistência medicamentosa, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, procedimentos de alto custo, bem como todo o mais imprescindível para o adequado atendimento dos serviços conveniados, os quais serão limitados, em todos os casos, ao teto constante da Programação Física-Orçamentária - FPO, (teto orçamentário), constantes do Plano de Trabalho, que não deverá ser ultrapassada.

1.5. As obrigações conveniais entre o MUNICÍPIO e a APRAESPI, assim como detalhamento referente aos serviços a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, incluindo-se os limites físicos e orçamentários, serão estabelecidos por meio de Plano de Trabalho, a ser estabelecido nos termos do disposto no artigo 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.6 Mediante Plano de Trabalho próprio, e de acordo com capacidade operacional da APRAESPI e as necessidades do MUNICÍPIO, as partes poderão fazer acréscimos até o limite fixado no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA APRAESPI

2.1. Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais da APRAESPI, considerando-se como tais:

- 2.1.1 o membro do seu corpo clínico;
 - 2.1.2 o profissional que tenha vínculo de emprego com a APRAESPI;
 - 2.1.3 o profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviços à APRAESPI;
 - 2.1.4 a empresa, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.
- 2.2. É expressamente proibida a cobrança de qualquer quantia, sob qualquer título, dos serviços prestados ao paciente, nos limites da cobertura deste Convênio.

2.3. A APRAESPI será responsabilizada pela cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, ou outrem que se utilize de suas instalações de forma eventual ou permanente.

2.4. Comprovada a cobrança a APRAESPI deverá ressarcir ao paciente o valor cobrado no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas e se sujeitará a penalidade de advertência, a ser aplicada de forma escrita. Os valores serão cobrados em dobro em cada ocorrência, comprovada a reincidência.

2.5. As penalidades mencionadas no item anterior somente serão aplicadas após regular processo, onde será assegurado à APRAESPI o contraditório e a ampla de defesa.

2.6. Sem prejuízo do acompanhamento, fiscalização e normatividade exercida pela SECRETARIA acerca da execução do objeto deste Convênio, as partes reconhecem a prerrogativa de controle e avaliação dos serviços prestados pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas autoridades normativas e fiscalizadoras das direções nacional e estadual do SUS, decorrentes da Lei Orgânica da Saúde e da legislação pertinente vigente.

2.7. É de responsabilidade exclusiva e integral da APRAESPI a utilização de pessoal para a execução do objeto deste Convênio, as partes reconhecem a prerrogativa de controle e avaliação dos serviços prestados pelo Conselho Municipal de Saúde e a autoridade normativa e fiscalizadora genérica da direção nacional e estadual do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde e demais legislação pertinente e vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA APRAESPI

3.1. A APRAESPI se obriga, ainda, a:

- 3.1.1. manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e do profissional de saúde, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ressalvados outros prazos previstos em lei;
- 3.1.2. não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação. Os projetos de pesquisa científica que forem realizados pela APRAESPI serão submetidos à aprovação da comissão de ética médica, em conformidade com a legislação vigente para pesquisas em seres humanos do Ministério da Saúde;
- 3.1.3. atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 3.1.4. afixar em local visível sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nesta condição;
- 3.1.5. justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando de decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste Convênio;

- 3.1.6. notificar eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário, bem como de mudança de sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando à SECRETARIA, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da certidão da junta ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;
- 3.1.7. as mudanças de endereço deverão ser comunicadas previamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA APRAESPI

- 4.1. A APRAESPI é responsável pela indenização por danos causados ao paciente, à municipalidade, aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao MUNICÍPIO o direito de regresso.
- 4.2. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Convênio, pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da APRAESPI nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA QUINTA - DO REPASSE DE RECURSOS

- 5.1. A APRAESPI receberá mensalmente, do órgão responsável pelos pagamentos, o MINISTÉRIO DA SAÚDE / FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, através da SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, em função da habilitação da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires à gestão Plena do Sistema Municipal, nos termos da Norma Operacional; Básica 01/96, do Ministério da Saúde, Norma Operacional de Assistência a Saúde 01/2001 e 01/2002 a importância referente aos serviços conveniados, por meta quantitativa de pacientes.
- 5.2. As despesas decorrentes do atendimento ambulatorial e SADT, consignados no Sistema de Informação Ambulatorial - SAI/SUS serão estabelecidas por meio de Plano de Trabalho, em conformidade com a CLÁUSULA Primeira deste Convênio.
- 5.3. Os valores a serem estipulados em conformidade com o parágrafo anterior serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde.
- 5.4. Os recursos transferidos à APRAESPI serão mensalmente depositados em conta corrente específica, de nº _____, junto ao Banco _____, agência _____, aberta no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, observando-se a disposição no artigo 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 5.5. O descumprimento do que reza o item anterior obrigará a APRAESPI à devolução aos cofres públicos municipais do numerário repassado pela SECRETARIA, acrescido ainda, de seus rendimentos do mercado financeiro do período, devidamente atualizado até a data do efetivo depósito, de acordo com os cálculos a serem efetuados pela Secretaria de Finanças do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes da execução deste Convênio serão atendidas por meio de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

- 7.1. O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não transfere para a SECRETARIA a obrigação de efetuar os repasses pela execução dos serviços ora conveniados.
- 7.2. A SECRETARIA não responderá pelos encargos financeiros decorrentes da realização de serviços acima dos valores físicos e orçamentários avençados nesse instrumento por meio de seus Planos de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O repasse de recursos estipulados neste Convênio será pago da seguinte forma, sob pena de multa:
- 8.1.2. APRAESPI apresentará até o dia constante do cronograma de entrega a ser estabelecido pela SECRETARIA a fatura conforme modelo legalmente estabelecido e segundo normatização pertinente e vigente, devidamente informada a APRAESPI;
- 8.1.3. Após verificação e aprovação das contas por parte da Unidade de Avaliação e Controle (UAC) da SECRETARIA, será emitida a fatura definitiva a ser paga no prazo de 15 (quinze) dias;
- 8.1.4. As despesas glosadas e as já pagas ou repassadas estarão à disposição da APRAESPI, na Unidade de Avaliação e Controle (UAC), para conferência conjunta e correções cabíveis, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser apresentada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento apresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado;
- 8.1.5. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das faturas, por culpa da SECRETARIA, esta garantirá à APRAESPI o pagamento, no prazo avençado neste Convênio, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças, se houver, no repasse seguinte.

CLÁUSULA NONA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 9.1 A execução do presente CONVÊNIO será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das CLÁUSULAS e condições por ele estabelecidas, a verificação do movimento ambulatorial e quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.
- 9.2. Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.
- 9.3. Anualmente, a SECRETARIA vistoriará as instalações da APRAESPI para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas da conveniada, comprovadas por ocasião da assinatura deste Convênio.

9.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da APRAESPI poderá ensejar a denúncia deste Convênio ou revisão das condições ora estipuladas.

9.5. Compete à APRAESPI:

9.5.1. apresentar, trimestralmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao término do trimestre, o demonstrativo, mês a mês, da correta aplicação dos recursos financeiros transferidos, compatível com o Plano de Trabalho, devidamente acompanhado do relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no trimestre;

9.5.2. prestar contas, nos moldes das instruções específicas e editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com base no artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal; artigo 32, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo e art. 42, § 8º da Lei Orgânica do Município, até 28 de fevereiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior;

9.5.3. A APRAESPI, quando da prestação de contas, deverá recolher ao Erário Municipal os eventuais saldos de recursos repassados e não aplicados dentro do período aprazado, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, salvo se receber autorização expressa por parte da titular da SECRETARIA, para utilização extemporânea destes recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inobservância pela APRAESPI de CLÁUSULA ou obrigação constante deste Convênio, ou dever originado de normas gerais de legislação pertinente autorizará a SECRETARIA a aplicar, penalidades de até 30% (trinta por cento) do valor do total do convênio quando a falta puder causar prejuízo à população. Se, neste caso, a APRAESPI negligenciar a prestação dos serviços ora conveniados, a penalidade poderá ser aplicada em dobro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1. O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, após justificativa e autorização, por Termo Aditivo, por igual período, respeitado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

11.1. O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, após justificativa e autorização, por Termo Aditivo, por igual período, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

12.1. O presente Convênio, além da expiração natural de sua vigência, poderá ainda ser rescindido por infração legal ou descumprimento de quaisquer uma de suas CLÁUSULAS ou, denunciado por desinteresse unilateral ou consensual, com notificação prévia de 30 (trinta) dias, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas à data.

12.2. Quando da denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, deverá a APRAESPI apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, à SECRETARIA:

12.2.1. documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data;

12.2.2. os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, sendo que neste caso, no não cumprimento do prazo acima, pela APRAESPI, será instaurada, de imediato, Tomada de Contas Especial do responsável, a ser providenciada pela autoridade competente da municipalidade, nos moldes estabelecidos no artido 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.3. Em caso de denúncia, rescisão ou extinção do presente Convênio por parte da SECRETARIA não caberá à APRAESPI o direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 138, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, em caso de modificações decorrentes da modificação do Plano de Trabalho mediante justificativa circunstanciada do titular da pasta da Secretaria de Saúde e Higiene e Autorização do Prefeito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OUTRAS RESPONSABILIDADES DA APRAESPI

14.1. Obriga-se a APRAESPI, nos casos de não utilização dos recursos para o fim pactuado ou em casos de aplicação indevida daqueles, a devolvê-los devidamente atualizados, com juros e correção monetária, a partir da data do seu repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Convênio.

E, por estarem assim de mútuo acordo com as CLÁUSULAS e condições ajustadas, firmam as partes o presente Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os efeitos legais.

Prefeito

Secretário da Saúde e Higiene

APRAESPI - ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES

TESTEMUNHAS:

LEI Nº 7.077, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024

Autoriza Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre Município de Ribeirão Pires e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires.

RUBENS FERNANDES DA SILVA, Prefeito Interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o Município de Ribeirão Pires e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP, no valor de R\$ 3.957.290,77 (três milhões novecentos e cinquenta e sete mil, e setenta e sete centavos), já atualizados pelo IPCA, nos termos do inciso III, do art. 14, da Portaria MTP 1.467/2022 e com incidência de juros de mora do período em atraso, e as parcelas sofrerão acréscimos do artigo 2º, correspondente ao saldo consolidado das contribuições previdenciárias patronal, referente ao Fundo Previdenciário, vencidas no período de julho/2024 a outubro/2024, em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e consecutivas.

Art.2º Na hipótese de atraso no pagamento das parcelas, haverá incidência de multa de 0,5% (meio por cento) sobre as parcelas vencidas e não pagas do acordo de parcelamento, nos termos do artigo 93, §4º-A, da Lei 5.751/2013.

Art.3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 09 de dezembro de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

RUBENS FERNANDES DA SILVA

Prefeito Interino

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO

Secretário de Finanças e Administração

CLAYTON SOARES DOS SANTOS

Superintendente do IMPRERP

Processo administrativo nº 5144/2024

Publicada no órgão da imprensa oficial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, Ribeirão Pires, SP, CEP 09400-110, inscrito no CNPJ sob o nº 46.522.967/0001-34, doravante denominado DEVEDOR, representado neste termo pelo Sr. _____, prefeito, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____ - SSP/SP, residente e domiciliado na rua _____, Ribeirão Pires, SP, CEP _____ e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, Autarquia Municipal, instituída pela Lei Municipal nº 4.660, de 11 de dezembro de 2002, inscrito no CNPJ sob o nº 05.481.291/0001-09, situado na Rua Miguel Prisco, nº 288 Centro, Ribeirão Pires, SP, CEP 09400-110, neste ato representado pelo Sr. _____, Superintendente, portador do CPF nº _____ e do RG _____ - SSP/SP, residente e domiciliado na Rua _____, Ribeirão Pires, SP, CEP _____, doravante denominado CREDOR, com fundamento na Lei Municipal nº 5.751, de 23 de setembro de 2013, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires é CREDOR, junto ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires da quantia de R\$ 3.957.290,77 (três milhões, oitocentos e setenta mil, trezentos e trinta reais e dezenove centavos, correspondente às contribuições previdenciárias referente ao Fundo Previdenciário, devidas e não pagas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito à parte patronal das competências de julho de 2024 a outubro de 2024, conforme planilha anexa à cláusula segunda.

Pelo presente instrumento o Município da Estância Turística de Ribeirão Pires confessa ser **DEVEDOR** do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida. O **DEVEDOR** renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do **CREDOR** de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento desde que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

Os valores originais referentes às contribuições da parte patronal das competências de julho de 2024 a outubro de 2024 estão discriminados:

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

IMPRERP PATRONAL - FUNDO PREVIDENCIÁRIO		CM-IPCA-IBGE	VALOR CORRIGIDO	JUROS	VALOR JUROS	TOTAL
COMPETÊNCIA	VALOR	%		%		
COMP. 07/2024	R\$ 978.165,17	1,3659%	991.525,93	2%	19.830,52	1.011.356,45
COMP. 08/2024	R\$ 966.120,81	0,9822%	975.610,05	1,50%	14.634,15	990.244,20
COMP. 09/2024	R\$ 966.369,48	1,0024%	976.056,37	1%	9.760,56	985.816,93
COMP. 10/2024	R\$ 959.674,73	0,5599%	965.047,95	0,50%	4.825,24	969.873,19
TOTAL	R\$ 3.870.330,19		3.908.240,29		49.050,47	3.957.290,77

O montante de **R\$ 3.957.290,77** (três milhões novecentos e cinquenta e sete mil, e setenta e sete centavos), encontram-se atualizadas pelo IPCA e incidência de juros durante o período de atraso, e após as atualizações previstas no artigo 92, da Lei Municipal nº 5.751/2013, serão pagos em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

A primeira parcela vencerá em 30/01/2025 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o **DEVEDOR** a pagar as parcelas na data fixada, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pelo índice do INPC/IBGE, acrescido de juros de 0,5 % (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor atualizado, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

O **DEVEDOR** se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao **CREDOR** a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o **DEVEDOR** e o **CREDOR** prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Correção

Os valores devidos foram atualizados pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração incidente sobre o principal corrigido monetariamente, acumulados desde a data do vencimento até a data da assinatura do presente termo de acordo.

Parágrafo único. as parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, incidente sobre as contribuições não recolhidas devidamente atualizadas pelo índice retro acumulados desde a data da assinatura do presente termo de acordo até a data do efetivo pagamento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Retenção

O **DEVEDOR** autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e o repasse ao **CREDOR** na Agência 0869-9, Conta 38586-7, do Banco 01 (Banco do Brasil) referente ao Fundo Financeiro e Agência 0869-9, Conta 38587-5, do Banco 01 (Banco do Brasil) referente ao Fundo Previdenciário, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizado pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, na data do seu vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - Da Rescisão

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se o **DEVEDOR** à sua cobrança judicial, atualizado pelo índice INPC/IBGE, acrescido dos juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, a contar da data da última parcela paga até a da inscrição da dívida, e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SEXTA - Da Definitividade

A assinatura do presente termo pelo **DEVEDOR** importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Publicidade

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou fixação em mural.

CLÁUSULA OITAVA - Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do Município Ribeirão Pires, São Paulo.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Ribeirão Pires, _____ de _____ de 20__

Representante Legal do Município

Representante Legal da Unidade Gestora

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI Nº 7.076, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera a Lei Municipal nº 3.668, de 03 de dezembro de 1993, com as alterações da Lei nº 4.740, de 08 de dezembro de 2003, em relação a dedução da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, atinente aos serviços de construção civil e acréscimo de alíquota de serviços de monitoramento.

RUBENS FERNANDES DA SILVA, Prefeito Interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º O inciso VI, do artigo 35, da Lei 3.668, de 03 de dezembro de 1993, alterado pela Lei nº 4.740, de 08 de dezembro de 2003, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 35 O imposto é devido:

(...)

VI – Pela pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.17, 7.18, 7.19, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 17.05, 17.10, 20.01, 20.02 e 20.03, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;

Art.2º O item 11 da lista de serviços e alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Anexo IV), da Lei nº 3.668, de 03 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 4.740 de 08 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do subitem 11.05, na seguinte conformidade:

11	(...)	
11.05	Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza	5,00%

Art.3º O subitem 15.05, do anexo IV - Lista de Serviços e alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Lei Municipal nº 3.668, de 03 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 4.740 de 08 de dezembro de 2003, passa a vigorar conforme alíquota abaixo:

15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de	5,00%
-------	---	-------

Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

Art.4º O artigo 41 da Lei Municipal nº 3.668, de 03 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41 Quando da prestação de serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 do ANEXO IV, o valor do imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzido das parcelas correspondentes:

a) aos materiais agregados unicamente de forma permanente à obra, produzidos pelo prestador dos serviços fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS;

b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo Imposto.

§1º A comprovação dos materiais de que trata o inciso I é de responsabilidade do contribuinte, podendo a administração municipal realizar procedimento fiscalizatório a fim de constatar eventuais incorreções nas deduções usufruídas pelo contribuinte.

§2º (REVOGADO)

§3º (REVOGADO)”

Art.5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2025. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 09 de dezembro de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

RUBENS FERNANDES DA SILVA
Prefeito Interino

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 2292/2024
Publicada no órgão da imprensa oficial.

LEI Nº 7.071, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024

Aprova o Orçamento Programa que estima receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires para o exercício financeiro de 2025.

RUBENS FERNANDES DA SILVA, Prefeito Interino do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei aprova o Orçamento Programa que estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal da Administração Pública Municipal Direta, referente aos poderes Executivo e seus fundos, e ao Legislativo;

II – O Orçamento da Administração Indireta – Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – Autarquia criada pela Lei Municipal n.º 4.660, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º. A receita estimada totaliza R\$ 579.084.000,00 (Quinhentos e setenta e nove milhões e oitenta e quatro mil reais), especificada nos incisos abaixo:

I – R\$ 536.923.000,00 (Quinhentos e trinta e seis milhões, novecentos e vinte e três mil reais) do Orçamento da Administração Direta;

II – R\$ 42.161.000,00 (Quarenta e dois milhões, cento e sessenta e um mil reais) do Orçamento do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires.

Art. 3º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, e das especificações constantes no anexo 02, da Lei nº 4320/64, com o seguinte desdobramento.

I – RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES		529.923.000,00
Receita Tributária	165.729.000,00	
Receita de Contribuições	8.892.000,00	
Receita Patrimonial	5.446.500,00	
Receitas de Serviços	354.000,00	
Transferências Correntes	387.028.500,00	

(-) Deduções da Receita	-45.409.000,00	
Outras Receitas Correntes	7.882.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL		7.000.000,00
Transferências de Capital	7.000.000,00	
TOTAL DA RECEITA		536.923.000,00

II – RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES		17.853.000,00
Receita de Contribuições	13.529.000,00	
Receita Patrimonial	4.022.000,00	
Outras Receitas Correntes	302.000,00	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		24.308.000,00
Receita Intra-Orçamentária	24.308.000,00	
TOTAL DA RECEITA		42.161.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA		579.084.000,00

Art. 4º. A despesa fixada totaliza R\$ 579.084.000,00 (Quinhentos e setenta e nove milhões e oitenta e quatro mil reais), especificada nos incisos abaixo:

I – R\$ 536.923.000,00 (Quinhentos e trinta e seis milhões, novecentos e vinte e três mil reais) do Orçamento da Administração Direta, distribuída entre os Poderes Legislativo e Executivo;

II – R\$ 42.161.000,00 (Quarenta e dois milhões, cento e sessenta e um mil reais) do Orçamento do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires;

Art. 5º. As receitas e despesas públicas da entidade da Administração Indireta, serão discriminadas em seu orçamento próprio, sujeito à aprovação pelo Poder Executivo nos termos do artigo 107 da Lei Federal 4320 de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Estão plenamente assegurados os recursos para atendimento aos investimentos e projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 7º. Os Fundos Especiais constantes do Orçamento Fiscal somente poderão ter as suas despesas realizadas até o montante correspondente ao efetivo ingresso das respectivas receitas.

Parágrafo único. Com base no disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo suplementará se necessário, as dotações vinculadas aos Fundos Especiais, até o limite de suas efetivas arrecadações.

Art. 8º. A despesa total, fixada por Poder, Órgãos e por Função, encontra-se definida com o seguinte desdobramento:

01 – POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Legislativa	17.356.000,00
Essencial à Justiça	4.395.800,00
Administração	37.220.700,00
Segurança Pública	24.087.000,00
Assistência Social	11.757.400,00
Previdência Social	41.408.000,00

Legislativa	17.356.000,00
Previdência Social – Reserva de Contingência	753.000,00
Saúde	173.016.350,00
Educação	134.972.600,00
Cultura	4.270.550,00
Urbanismo	71.114.700,00
Gestão Ambiental	6.832.300,00
Comércio e Serviços	7.160.300,00
Desporto e Lazer	7.407.300,00
Encargos Especiais	31.832.000,00
Reserva de Contingência	5.500.000,00
TOTAL	579.084.000,00

02 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

I – DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	481.265.150,00
Despesas de Capital	50.157.850,00
Reserva de Contingência	5.500.000,00
TOTAL DA DESPESA	536.923.000,00

II – DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Despesas Correntes	41.328.000,00
Despesas de Capital	80.000,00
Reserva de Contingência	753.000,00
TOTAL DA DESPESA	42.161.000,00

TOTAL GERAL DA DESPESA	579.084.000,00
-------------------------------	-----------------------

03 – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 – Poder Legislativo	
1.1 – Câmara Municipal	17.356.000,00
2 – Poder Executivo	

1 – Poder Legislativo	
1.1 – Câmara Municipal	17.356.000,00
2.1 – Secretaria Chefe de Gabinete do Prefeito	8.013.700,00
2.3 – Secretaria de Assuntos Jurídicos	4.395.800,00
2.4 – Secretaria de Finanças e Administração	63.848.900,00
2.6 – Secretaria de Obras	17.502.100,00
2.9 – Secretaria de Saúde e Higiene	173.016.350,00
2.12 – Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil	<u>24.087.000,00</u>
2.15 – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ouro Fino	4.653.300,00
2.17 – Secretaria de Governo	58.500,00
2.18 – Secretaria de Assuntos Estratégicos e Modernização	1.370.200,00
2.23 – Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana	49.929.300,00
2.24 – Secretaria de Educação e Cultura	139.243.150,00
2.25 – Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social	12.048.800,00
2.26 – Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer	7.407.300,00
2.27 – Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenv. Urbano	6.832.300,00
2.28 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda	2.113.000,00
2.29 – Secretaria de Turismo	5.047.300,00
3 – Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires	
3.1 – Instituto Municipal de Previdência	42.161.000,00
TOTAL DA DESPESA	579.084.000,00

Art. 9º. Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares entre programas e ações até o limite correspondente a 10% (dez por cento) da despesa fixada, por esta lei, nos Orçamentos Fiscais e da Previdência Municipal.

Art. 10. O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I** – Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e encargos da dívida e pessoal e encargos;
- II** – Atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios, parcerias e transferências federais e estaduais;
- III** – incorporar o superávit financeiro, apurado no balanço em 31 de dezembro de 2023, ou excesso de arrecadação;
- IV** – Suplementar dotação utilizando recursos alocados na reserva de contingência.

Art. 11. A utilização das dotações com origem de recursos em transferências ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, com a finalidade

de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 13. O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Finanças e Administração, fixará diretrizes para execução deste orçamento, visando o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a eliminar eventual insuficiência de caixa e adequar a despesa aos limites e parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 29 de novembro de 2024 – 310º Ano da Fundação e 70º Ano da Instalação do Município.

RUBENS FERNANDES DA SILVA

Prefeito Interino
RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração
Processo Administrativo nº 393/2024 - PMRP
Publicada no órgão da Imprensa Oficial

CONVOCAÇÃO 165º REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA

Prezados,
Conselheiros, Convocamos a todos para participar da 165ª reunião ordinária do **COMDEMA**.

Data: 18 de dezembro de 2024 (Quarta-feira)
Horário: 15h

Local: Rua Miguel Prisco 288, centro, na sala de Reunião da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Pautas:

- Aprovação da ata da 164ª Reunião Ordinária do COMDEMA;
- Aprovação do calendário das Reuniões Ordinárias do COMDMA para o ano de 2025

Contamos com sua participação!
Secretaria Executiva do COMDEMA



CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES - SP
CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE HABILITAÇÃO

CATEGORIA 01 – ENTIDADE COM CNPJ, COM NO MÍNIMO DE 6 ANOS DE ATUAÇÃO COMPROVADA NO SETOR CULTURAL

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	TIPO DE INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO
Mariana Carolina De Lima	Pessoa Jurídica	CATEGORIA 01 – Entidade Com CNPJ, Com No Mínimo De 6 Anos De Atuação Comprovada No Setor Cultural	Habilitada
Ademar Bertoldo	Pessoa Jurídica	CATEGORIA 01 – Entidade Com CNPJ, Com No Mínimo De 6 Anos De Atuação Comprovada No Setor Cultural	Habilitado

CATEGORIA 02 – ENTIDADES COM OU SEM CNPJ OU COLETIVOS INFORMAIS, COM NO MÍNIMO DE 2 ANOS DE ATUAÇÃO COMPROVADA NO SETOR CULTURAL

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	TIPO DE INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO
Valéria Rocha Aveiro Do Carmo	Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física	CATEGORIA 02 – Entidades Com Ou Sem CNPJ Ou Coletivos Informais, Com No Mínimo De 2 Anos De Atuação Comprovada No Setor Cultural	Habilitada
Renee Giorgio Chimati	Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física	CATEGORIA 02 – Entidades Com Ou Sem CNPJ Ou Coletivos Informais, Com No Mínimo De 2 Anos De Atuação Comprovada No Setor Cultural	Habilitado
Waleria Volk Magnani Rizzo	Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física	CATEGORIA 02 – Entidades Com Ou Sem CNPJ Ou Coletivos Informais, Com No Mínimo De 2 Anos De Atuação Comprovada No Setor Cultural	Habilitada
Evelyn Soares Da Silva	Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física	CATEGORIA 02 – Entidades Com Ou Sem CNPJ Ou Coletivos Informais, Com No Mínimo De 2 Anos De Atuação Comprovada No Setor Cultural	Habilitada
Sonivaldo Pereira Dos Santos	Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física	CATEGORIA 02 – Entidades Com Ou Sem CNPJ Ou Coletivos Informais, Com No Mínimo De 2 Anos De Atuação Comprovada No Setor Cultural	Habilitado

As entidades e coletivos selecionados receberão um email com mais informações sobre a convocação para a assinatura dos termos de premiação.